

## UMA BREVE HISTÓRIA DA FILOSOFIA ANALÍTICA

SCHWARTZ, Stephen. **Uma breve história da filosofia analítica**: de Russell a Rawls. São Paulo: Loyola, 2017, 344 p.

Crysmar Dutra\*

A filosofia analítica é um evento recente na cronologia histórica da filosofia, o seu início data dos primeiros anos do século XX. O livro de Stephen Schwartz foi redigido na tentativa de oferecer um panorama histórico das influências colaterais e controvérsias que nortearam os rumos da filosofia analítica nos últimos cem anos. Em termos geográficos, a filosofia analítica predomina no mundo anglo-americano. Gottlob Frege (1848-1925) e Bertrand Russell (1872-1970) despontam como os dois grandes pilares da fundação da filosofia analítica. A filosofia analítica foi impulsionada por algumas tradições, dentre as quais destacam-se: o empirismo britânico, a lógica formal, as ciências naturais e a matemática. Do ponto de vista da leitura, o texto em questão é esclarecedor e acessível. Para o leitor já familiarizado com as disputas da filosofia analítica, encontram-se disponíveis “leituras adicionais” e os “fundamentos” ao final de cada capítulo no intuito de ampliar e elucidar a discussão dos problemas técnicos da filosofia analítica.

O primeiro capítulo expõe o programa logicista de Frege e Russell. A lógica simbólica de Frege se contrapõe ao sistema do silogismo aristotélico, pois os conceitos de sujeito e predicado são substituídos pelos de argumento e função. Tal empreendimento também se constitui numa tentativa de reduzir os axiomas da matemática à lógica simbólica, como uma resposta a pergunta de Kant sobre como é possível uma matemática pura. Segundo Kant, os juízos da matemática são sintéticos *a priori*, que Kant entende como juízos que podem ser antecipados pela razão mas que, no entanto, produzem novos conhecimentos a partir do que recebem da intuição sensível. Assim, há conhecimento no axioma de Euclides: “Há uma quantidade infinita de números primos”. E, aparentemente, o racionalismo havia vencido a guerra contra o empirismo no âmbito da filosofia moderna. Porém, com o advento da física de Einstein e da geometria não euclidiana o sistema kantiano ficou em xeque e os filósofos passaram a procurar um modo de justificar os fundamentos da matemática e da lógica. A resposta de Russell é que - ao contrário do que Kant presumiu - “ $7 + 5 = 12$ ” é um postulado

---

\* Graduado em Filosofia pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE). E-mail: [crysmar1@hotmail.com](mailto:crysmar1@hotmail.com)

puramente lógico por natureza, independentemente de quaisquer observações empíricas. A solução de Russell versa pela recusa das proposições sintéticas *a priori*. Para Russell, as relações e propriedades da matemática são dedutíveis da lógica. Assim, todo o conhecimento que se dispõe acerca das verdades da matemática é analítico, ou seja, são proposições verdadeiras em virtude das definições dos termos. Russell sustenta que a afirmação “O rei da França é careca” é uma maneira incorreta e abreviada de afirmar “Há um e somente um rei da França e ele é careca”. Buscando se distanciar de infligir contra o princípio de contradição, ele formata simbolicamente a equação e descobre que no atual estado de coisas o que essa proposição denota será falso. Ora, se não existe nenhum rei da França então ele não é careca e, conseqüentemente, o que essa proposição expressa é falsa. Com efeito, só se conhece um nome próprio se, e somente se, este nome se encaixa completamente no conjunto de descrições definidas. Por exemplo, o nome próprio “Machado de Assis” corresponde à descrição definida “O homem que escreveu Dom Casmurro”.

Do mesmo modo, Schwartz apresenta a filosofia do senso comum de G. E. Moore (1873-1958), outro grande expoente da filosofia analítica do século XX. Por fim, é extremamente valioso associar a filosofia analítica ao sentimento de repúdio face ao idealismo alemão, sobretudo diante das fontes bibliográficas de Kant e Hegel. O último foi o maior alvo de ataque do primeiro período da filosofia analítica. Russell e Moore tiveram contato nos primeiros anos de formação com o Idealismo alemão e, posteriormente, romperam drasticamente, por considerar que a metafísica hegeliana é uma forma de obscuridade e que trata de pseudoproblemas; enquanto a filosofia que surgia na Inglaterra, desencadeada pelo seu rompimento, era marcada pela clareza e atenção à normativa lógica. Justamente essa divisão que dá combustível à rixa entre os filósofos analíticos e continentais na filosofia contemporânea.

O segundo capítulo traz condensadas as ideias - e a repercussão de tais ideias - de Ludwig Wittgenstein (1889-1951) formuladas no *Tractatus*, destinadas a elucidar a essência da lógica e do mundo, bem como os fundamentos da matemática. Essa tarefa, na perspectiva de Wittgenstein, fornece a capacidade de resolução dos problemas da filosofia que são, em última análise, problemas originados pelo mau uso da linguagem, cujos pressupostos epistemológicos são obtidos mediante o atomismo lógico de Russell. A segunda parte do capítulo se dedica à exposição do Círculo de Viena. Este grupo começou por volta de 1920 e se dissolveu em meados de 1930, seus principais membros eram Moritz Schlick (1882-1936), Rudolf Carnap (1891-1970) e Otto Neurath (1882-1945). No intuito de dissipar qualquer

vestígio de metafísica, eles pretenderam unificar as ciências naturais em torno de uma linguagem logicamente perfeita, o que fica explícito no título de um dos mais famosos artigos, *A superação da metafísica pela análise lógica da linguagem*. Nele Carnap defende que os enunciados metafísicos incorrem no erro porque são desprovidos de sentido, pois as suas alegações não são empiricamente verificáveis. Assim, de acordo com os positivistas lógicos, o que define as ciências naturais e as distingue da metafísica especulativa é o método de verificação presente nas primeiras. Um dos motivos apontados por Schwartz para a difusão das teorias do Círculo de Viena entre os países de língua inglesa está intimamente relacionado com a divulgação de dois dos mais notórios filósofos analíticos do século XX, o britânico Ayer (1910-1989) e o norte-americano Quine (1908-2000). O popular livro de Ayer – *Language, truth and logic* – contribuiu diretamente para popularização do positivismo lógico na Inglaterra e veio a se tornar um dos maiores clássicos da filosofia de todos os tempos.

O terceiro capítulo exhibe as objeções suscitadas contra as doutrinas do positivismo lógico que começaram a aparecer, em particular, nas décadas de 1960 e 1970. No segundo capítulo Ayer e Quine são apresentados como os responsáveis pela disseminação das doutrinas do positivismo lógico nos países de língua inglesa. Enquanto Ayer foi um defensor fervoroso do Círculo de Viena, Quine, por sua vez, não se restringiu a apenas propagar e ampliar as doutrinas do Círculo de Viena, ele foi um dos maiores, talvez o maior, críticos das doutrinas do Círculo de Viena. Amigo particular de Carnap, Quine não concordava com as ideias apresentadas pelo positivismo lógico. Quine se definia como empirista mas, além disso, adotava uma posição da tradição pragmatista dos Estados Unidos. De acordo com Quine, em seu famoso artigo *Os dois dogmas do empirismo*, a distinção entre proposições analíticas e sintéticas não passa de “um artigo de fé metafísico” (p. 82). Para Quine, os positivistas lógicos são obrigados a recorrer à argumentação circular para garantir a conservação da noção de analiticidade. Por exemplo: “Todos os solteiros são não casados”, ela repousa na definição da palavra “solteiro” que, por definição, é sinonímia de “homem não casado”. Em última instância, ambos os termos significam a mesma coisa. Portanto, estamos diante de uma inferência circular. Com isso, Quine está contestando os alicerces do positivismo lógico – um desafio desse tipo não pode ser ignorado. Se o primeiro dogma do empirismo se remete à distinção analítico/sintético, o segundo dogma remete ao reducionismo, que já havia sido questionado por alguns empiristas lógicos, como Ayer, através do fenomenalismo. O capítulo continua apresentando-nos às teorias quonianas, como o seu holismo, proposto na tentativa de estabelecer um empirismo desprovido de dogmas; a tese Quine-Duhem, segundo a qual

qualquer teoria pode acomodar qualquer observação, se obviamente forem feitos os ajustes convenientes. Quine aplicou as premissas dessa tese em seu ataque à noção de significado, realizado em *Word and object*, o ataque aparece na forma da indeterminação da tradução radical; também é abordado seu projeto de uma epistemologia naturalizada incorporada às ciências naturais.

Uma das maiores objeções quanto ao positivismo lógico diz respeito ao critério de verificabilidade, ele é analítico (tautológico) ou sintético (empírico)? A resposta é: nenhuma das duas alternativas. Disso se segue que o próprio critério de verificabilidade da significação consiste num contrassenso. Paradoxalmente, a verificabilidade é, em si mesma, uma proposição metafísica. Essa constatação levou a Ayer, Carnap e Hempel a admitirem a falta de sentido do critério de verificabilidade da significação. Então estudante, o autor relata o episódio: “Na década de 1960 ninguém mais abraçava o critério de verificabilidade da significação, exceto alguns estudantes de filosofia impetuosos que ainda não tinham recebido a notícia. Enrubesco por admitir que estava entre eles. Ainda não superei por completo a decepção” (p. 79). Sob outra perspectiva, Karl Popper (1902-1994) apresentou uma objeção ao critério de demarcação da verificabilidade. Segundo Popper, não existem meios de justificar logicamente inferências indutivas. Para solucionar este problema Popper sugeriu o princípio de falsificação que na visão de Schwartz, está fadado a enfrentar problemas semelhantes à verificabilidade.

A seguir, na continuação do terceiro capítulo, Schwartz esboça as principais ideias do filósofo e historiador da ciência Thomas Kuhn, autor do livro *The structure of scientific revolutions*. Neste livro de 1962, o autor afirma que a ciência não progride com base em evidências e observações. Esse progresso - se é que realmente existe - sequer pode ser examinado objetivamente. Assim como Quine, Thomas Kuhn alega que o sucesso da ciência se deve ao seu valor de utilidade, isto é, de quão bem ela funciona. O restante do capítulo se dedica à exposição do pragmatismo pelos EUA após a propagação da obra de Quine. Entre os pragmatistas dos EUA herdeiros diretos de Quine, encontram-se Nelson Goodman (1906-1988), Richard Rorty (1931-2007) e Hilary Putnam (1926-2016). A tentativa de Rorty de aproximar a tradição analítica e a tradição continental é descrita. Também lemos acerca do exemplo do “verdul” de Goodman, o qual reforça uma abordagem pragmática do problema da indução. Igualmente lemos sobre a distinção entre perspectiva externalista e perspectiva internalista em Putnam e, diante disso, a sua posição (uma entre tantas que endossou em sua longa vida) designada de “realismo interno”. Se Quine identificou os dois dogmas do

empirismo, um de seus mais célebres alunos - Donald Davidson (1917-2003) - foi responsável por identificar o terceiro dogma, que inclusive estava presente no pensamento de Quine - o dogma dos esquemas conceituais.

O quarto capítulo versa sobre a filosofia da linguagem comum de Oxford e o Wittgenstein das *Investigações filosóficas*. Os filósofos da linguagem comum, cujos principais representantes são John Austin (1911-1960), Gilbert Ryle (1900-1976) e Peter Strawson (1919-2006), reagiram contra o formalismo excessivo dos filósofos de Cambridge, sobretudo Russell e o Wittgenstein do *Tractatus*. Wittgenstein, aliás, é uma peça singular. Se levarmos em conta o seu trabalho realizado no *Tractatus*, então teremos de classificá-lo como um opositor da linguagem comum. Contudo, durante a década de 30 Wittgenstein passou a duvidar dos aforismos lógicos desenvolvidos pelo *Tractatus* e veio a elaborar notas contra a sua primeira filosofia da linguagem puramente formal. O resultado destas notas foram as suas *Investigações filosóficas* - publicada postumamente. Tanto o segundo Wittgenstein quanto os filósofos de Oxford afirmavam que só conhecemos o significado de uma palavra através de seu *uso* na gramática. Assim, a linguagem e as intenções subjetivas estão diretamente conectadas.

Austin condenou a suposta contribuição o projeto logicista de Russell por conta de sua restrição decorrente. De acordo com Austin, a complexidade da linguagem foi deixada de lado pelo atomismo lógico. Seria necessário considerar a multiplicidade das funções da linguagem comum, tais como “eu prometo”, “eu condeno”, “eu aviso” e assim por diante. Austin as denomina de elocuições performativas. Se as funções declarativas da linguagem comum admitem verdade e falsidade, as elocuições performativas, por outro lado, devem ser felizes ou infelizes. Na sequência do capítulo é descrito o ataque do filósofo Wilfrid Sellars (1912-1989) dirigido contra o fenomenalismo de Carnap. A crítica de Sellars ficou conhecida como “mito do dado”. A sua premissa geral dita que não possuímos acesso epistêmico diretamente das fontes ou dados puros, o que é “dado” (*given*) aos sentidos já vem carregado de teorias.

O quinto capítulo está dividido em duas partes. A primeira sobre a lógica formal e a filosofia da linguagem; e a segunda parte sobre a filosofia da mente. Mediante os trabalhos realizados pelo matemático Kurt Gödel (1906-1978) e o lógico polonês Alfred Tarski (1901-1983), o movimento formalista foi retomado com toda força na filosofia. Gödel ficou famoso devido ao seu teorema da incompletude, em que foi provado que nos sistemas suficientemente complexos para ser axiomas da aritmética existem enunciados que não são demonstráveis. Já Tarski elaborou a sua *Concepção semântica da verdade*. Ela dita que uma sentença

declarativa do tipo “A neve é branca” tem a sua verdade confirmada se e somente se P é efetivamente verdadeira. O cientista cognitivo Noam Chomsky (1928) foi talvez a pessoa que mais contribuiu para a demolição do behaviorismo. Adepto à tradição racionalista, Chomsky recusou o empirismo. O seu compromisso com o racionalismo está alicerçado como inatismo. Ele acredita que todos os seres humanos normais nascem com uma gramática universal previamente inscrita em seu cérebro.

A segunda parte do quinto capítulo destina-se à filosofia da mente. Até a década de 60, behaviorismo, o dualismo cartesiano e a teoria da identidade disputavam a preferência entre os estudiosos da filosofia da mente. Porém, quase ninguém conseguia abraçar plenamente uma dessas três posições, visto que cada uma exibia contraexemplos visíveis. Contudo, os filósofos da mente Hilary Putnam e David Lewis (1941-2001) desenvolveram uma alternativa: o funcionalismo. De acordo com os proponentes do funcionalismo, a composição neurofisiológica é irrelevante para o processo da cognição, o importante é o papel cognitivo desempenhado, isto é - a sua função. Assim, estados mentais não são idênticos aos estados físicos, mas se relacionam reciprocamente. Inspirados pela revolução computacional, os funcionalistas entendem que somos máquinas de Turing. Putnam compara a cognição humana como uma relação de programação do tipo *output-input*. Entretanto algumas objeções foram levantadas ao funcionalismo, dentre as quais se destacam a de *Como é ser um morcego?* e o experimento sala chinesa, de Thomas Nagel (1937) e John Searle (1932), respectivamente.

O sexto capítulo assinala o ressurgimento da metafísica no quadro da filosofia analítica, cuja mola propulsora se deve ao desenvolvimento da lógica modal - juntamente com os contrafactuais de David Lewis. A lógica modal diz respeito às funções de necessidade e possibilidade. Para tanto, os teóricos da lógica modal fazem o uso da noção de “mundos possíveis”. Um mundo possível não é um planeta distante. Um mundo possível é um modo como as coisas poderiam ter sido. Por exemplo, eu ser formado em filosofia é um fato contingente sobre mim. Há diversos mundos possíveis (situações contrafactuais) em que eu poderia ter graduação em ciências econômicas e, provavelmente, estaria escrevendo uma resenha sobre a mais nova edição de um livro de Hayek. No entanto, a minha existência enquanto ser humano é uma verdade necessária, alojada em meu DNA. Em qualquer mundo possível eu teria que ser idêntico a mim mesmo. Assim, a metafísica modal acomoda uma versão do essencialismo aristotélico. A noção de mundos possíveis desperta bastante controvérsia entre os filósofos. Para David Lewis, mundo possível é uma noção concreta, ou

seja, existente no tempo e no espaço. Visão rejeitada por outros, como Alvin Plantinga (1932) por exemplo, que vê mundos possíveis como uma noção fora do espaço.

O sétimo capítulo enfatiza a nova teoria da referência da filosofia da linguagem, cuja base estava contida na nova metafísica. Assim, se dá o enlace entre a semântica modal e a metafísica modal. De acordo com a concepção convencional do significado um nome é definido por uma série de propriedades compartilhadas com os objetos semelhantes, um nome próprio é o referente dos termos universais. Essas ideias perduram até *O nomear e a necessidade* de Kripke. Ele atacou primeiramente a teoria de nomes próprios e, depois, os termos gerais. De acordo com Kripke a filosofia da linguagem tradicional - ou mais exatamente, toda a filosofia anterior - confundiu semântica, epistemologia e ontologia. Esse erro gerou problemas incontornáveis. Kripke sustenta que nomes referentes a indivíduos como “George Washington” cuja referência não ocorre diretamente, foram transmitidos até a nossa época por uma longa cadeia causal, cuja referência é fixada por aquilo que Kripke chama de “nome de batismo”. Donnellan (1931-2015) demonstra que é possível haver referência sem descrições definidas, algo totalmente incompatível com a filosofia da linguagem descritivista de Russell e Strawson. Para Donnellan utilizamos nomes em sentido atributivo, em vez de descritivo – mesmo que o modo descritivo possa ser eventualmente empregado.

O oitavo capítulo expõe a ética e a metaética na tradição analítica. A ética foi um área colocada em suspeita nas fases iniciais da filosofia analítica. Ela esteve ausente dos textos dos principais expoentes da filosofia analítica - com exceção de Moore. Russell negava que as questões morais possuíssem conteúdo cognitivo. A metodologia eliminativista do Círculo de Viena concebia a ética normativa de modo equivalente à metafísica. Enunciados éticos dizem respeito à noção de valor mediante a distinção do que é correto e do que é errado, do que é bom e do que é ruim. A partir da década de 1960, os filósofos analíticos passaram a dar mais atenção a metaética, isto é, o estudo lógico e analítico da ética, um projeto que foi realizado por Moore em sua *Principia ethica*.

Moore acredita que é impossível definir a bondade ou que exista uma bondade absoluta ou ainda uma entidade transcendente de bondade. Moore afirma que o sistema ético de alguns filósofos cometeu a “falácia naturalista”. Até a década de 50-60, a bibliografia da ética analítica estava unicamente vinculada à Moore. Porém, publicações posteriores suscitaram reações no campo ético e/ou metaético, entre as quais destacam-se: Richard Hare (1919-2002), Elizabeth Anscombe (1919-2001), Philippa Foot (1920-2010), entre outros (as). Ao

contrário das ciências naturais, a ética não é um ramo descritivo, mas prescritivo. Ela se destina a orientar e influenciar ações. Para tanto, é de suma importância efetuar a separação entre, de um lado, juízos de fato; e do outro, juízos de valor. O resultado dessa separação é justamente a reintrodução da ética normativa no quadro geral das preocupações da filosofia analítica. O método da filosofia analítica foi extremamente benéfico para a ética, pois “os eticistas analíticos trazem as ferramentas da filosofia analítica para usar no campo de questões éticas: clareza de expressão, argumentação sequencial, intercâmbio dialético claro e direto com os adversários” (p. 260). A ética aplicada vem ganhando cada vez mais força. O filósofo australiano Peter Singer (1946) é um dos mais contundentes defensores da libertação animal. Para Singer o “especismo” é tão moralmente condenável quanto o racismo e o sexismo. Ele sustenta que o mesmo princípio de igualdade cultivado entre os seres humanos deveria ser estendido aos animais. Se os animais são capazes de sofrer, então o nosso dever é evitar causar dor nos animais. Outro filósofo analítico de grande envergadura que lida com a ética é John Rawls (1921-2002). O livro discute alguns conceitos centrais de Rawls - como equilíbrio reflexivo, a justiça como equidade, posição originária, véu da ignorância.

O epílogo do livro de Schwartz é particularmente interessante porque tenta fornecer um prognóstico do destino da filosofia analítica para os próximos anos. Em primeiro lugar, o autor acredita que a filosofia analítica tem se tornado cada vez mais desorganizada, no sentido de haver várias áreas de atuação e pesquisa. A filosofia da linguagem viu o retorno dos métodos formais a partir dos trabalhos de Richard Montague (1930-1971), David Kaplan (1933) e Crispin Wright (1942). Na filosofia da mente há uma tendência à interdisciplinaridade, os mais recentes filósofos têm se dedicado à tarefa de cooperação mútua - juntamente com os profissionais da neurociência, da psicologia cognitiva e da linguística, Jerry Fodor (1935-2017) e Daniel Dennett (1942) encabeçam a lista desses filósofos da mente. Na metafísica, os trabalhos de David Lewis, Alvin Plantinga e Saul Kripke, contribuíram imensamente para as discussões contemporâneas sobre o tempo, como por exemplo o presentismo e o eternalismo. Os problemas de justificação de crenças deverão ser repensados após o problema de Edmund Gettier (1927), o desafio da epistemologia é responder satisfatoriamente bem a essas objeções. A metaepistemologia certamente pode ser bastante útil para as discussões no campo da ética, sobretudo no que tange ao debate entre realistas e antirrealistas éticos. Outro interesse que vem ganhando espaço entre os eticistas diz respeito ao feminismo, anunciado na filosofia política de Martha Nussbaum (1947). Schwartz conclui que a tendência dos filósofos analíticos é a de se aproximarem cada vez mais das

ciências empíricas e sociais. Em vez de realizar um trabalho totalmente apriorístico, os filósofos estão muito mais atentos ao empreendimento científico. Há uma interação muito evidente entre as pesquisas empíricas e a argumentação filosófica. O resultado ainda não é possível averiguar, mas esse trabalho colaborativo é certamente um caminho promissor para ambas as esferas.

Além de ser um ótimo livro a respeito da história e dos problemas da filosofia analítica, o texto de Schwartz narra situações inusitadas e extremamente engraçadas dos bastidores da filosofia analítica, como o caso em que Ayer confrontou verbalmente o pugilista Mike Tyson. Isso sem contar nas piadas dirigidas a Hegel, as ironias quanto a Popper, entre outros, o que faz a leitura excepcionalmente saborosa.